
SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Povos indígenas brasileiros, direitos sociais e descolonização da Funai

Brazilian indigenous peoples, social rights and Funai decolonization

Entrevistada: Joenia Wapichana¹

Entrevistadora: Lucélia Luiz Pereira²

<https://orcid.org/0000-0001-9722-143X>

Entrevistador: Cristiano Guedes de Souza³

<https://orcid.org/0000-0001-6908-2604>

Recebido em: 30/06/2023

Aprovado em: 04/07/2023

Os povos indígenas no Brasil reivindicam historicamente o reconhecimento de seus direitos sociais, que são continuamente ameaçados. Nos últimos anos, povos originários brasileiros, pertencentes a diferentes etnias e residentes nas diversas regiões do território nacional, vivenciaram

1 Presidenta da Funai, primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil e advogada pioneira na defesa dos povos originários e de seus territórios, com destaque para a sua atuação no Supremo Tribunal Federal, no processo sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ao final da década de 2000. É graduada em Direito pela Universidade Federal de Roraima e fez mestrado na Universidade do Arizona. Recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais em reconhecimento ao seu trabalho na defesa dos povos indígenas, dentre os quais se encontra o Prêmio de Direitos Humanos da ONU.

2 Professora do Departamento de Serviço Social e editora da Revista Ser Social da Universidade de Brasília (UnB).

3 Professor do Departamento de Serviço Social e membro da Comissão Editorial da Revista Ser Social da Universidade de Brasília (UnB)..

ameaças crescentes ao direito de continuar existindo e vivendo em seus territórios com o reconhecimento e a proteção social do Estado. Nesta entrevista, dialogamos com Joenia Wapichana, atual presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), primeira mulher indígena eleita deputada federal e uma liderança internacionalmente reconhecida pela luta em defesa dos direitos indígenas. A entrevista permitiu conhecer um pouco a pauta de reivindicações do movimento indígena e a necessidade urgente do Estado brasileiro de reconstruir políticas e instituições voltadas à preservação dos povos originários.

A crise econômica, política e sanitária que atingiu o Brasil recentemente trouxe amplas repercussões aos povos originários e povos tradicionais no Brasil. A política de austeridade fiscal, combinada à redução de recursos para as políticas sociais, representou, por exemplo, o sucateamento de órgãos como a Funai, que é corresponsável pela proteção dos territórios indígenas, em parceria com outros órgãos do Governo Federal, que também falharam no cumprimento de seus deveres institucionais. Como consequência de escolhas políticas da gestão anterior, da falta de recursos para o financiamento de políticas sociais e da flexibilização das ações de vigilância em terras indígenas, aumentaram as invasões, os índices de destruição ambiental e os números de mortes de indígenas, tanto em razão da ausência e da insuficiência da assistência em saúde, quanto também em decorrência de assassinatos resultantes de conflitos armados.

Uma das cenas que marcaram o início do terceiro Governo Lula, em 2023, foi a crise humanitária instalada em comunidades indígenas Yanomami na Região Norte do Brasil. As cenas de crianças, adultos e idosos indígenas doentes, em razão de enfermidades levadas por invasores de seus territórios e também devido à fome, evidenciaram o quanto o Estado brasileiro negligenciou, nos últimos anos, o cumprimento de seus deveres constitucionais. O cenário encontrado motivou o novo governo a implementar, como uma de suas primeiras ações, a constituição de uma força-tarefa interministerial, para salvar as vidas dos indígenas e reconstruir políticas e ações governamentais voltadas à proteção de seus territórios.

O desafio de descolonizar concepções políticas e instituições do Estado brasileiro parece ser uma meta almejada pela atual gestão federal, que recriou o Ministério da Igualdade Racial, criou o inédito Ministério dos Povos Indígenas e trouxe, para o primeiro escalão do

governo, mulheres negras e indígenas com importantes trajetórias e contribuições para os movimentos sociais. No diálogo a seguir, a atual presidenta da Funai, Joenia Wapichana, compartilhou um pouco de sua trajetória profissional como mulher indígena e as metas que buscará alcançar, como integrante da equipe do novo Governo Federal, para preservar ou mesmo ampliar os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Cristiano Guedes e Lucélia Luiz Pereira: Gostaríamos de começar pedindo que nos conte um pouco sobre como tem sido a atual experiência de ser a primeira mulher indígena a presidir a Funai.

Joenia Wapichana: Tem sido um desafio, porque ocorre após alguns anos de desmonte da política indigenista e, principalmente, do sucateamento da Funai, que é um órgão estratégico para a implementação dessa política e também é o principal órgão que faz a regularização fundiária das terras indígenas desde o início desse processo e que, para os povos indígenas, é de extrema importância. É um desafio para mim não só como mulher, mas também por ser a primeira liderança indígena entre homens e mulheres e a primeira vez em que uma representante indígena assume a Presidência da Funai, um alto órgão, em nível nacional, que lida com a política indigenista. Ou seja, um órgão de extrema responsabilidade, que lida com a vida e com a proteção do principal direito dos povos indígenas, que é a terra, que tem a missão de fazer a orientação sobre a política indigenista e, principalmente, pensar na proteção dessa coletividade, dos direitos comuns e coletivos e, também, de dar esse suporte à gestão territorial, a partir de um desenvolvimento sustentável. Então, é uma missão desafiadora, mas também de extrema importância. E, para isso, preciso contar com bastante apoio tanto dos órgãos que compõem o Governo Federal quanto dos povos indígenas. E, para mim, foi uma grande honra ter recebido esse convite direto feito pelo presidente Lula, que me chamou para que eu assumisse a presidência da Funai. E foi justamente com essa oportunidade e com esse desafio que eu assumi.

Lucélia Luiz Pereira: A senhora foi a primeira mulher indígena a se formar em Direito no Brasil. Foi também a primeira advogada da história a se pronunciar no Plenário do Supremo Tribunal Federal e a primeira deputada federal indígena. Como a senhora percebe o aumento da representatividade indígena de mulheres no Congresso Nacional? Trata-se de um dos objetivos dentro do movimento indígena?

Joenia Wapichana: Percebo essa questão como um resultado insistente dos povos indígenas, principalmente das mulheres indígenas, que têm lutado pelo seu espaço, pelo seu protagonismo e que têm feito toda a diferença na atuação em defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas. E, realmente, é um dos objetivos, dentro do movimento indígena, assumir esses diferentes espaços em diferentes instâncias, para justamente mostrar que os povos indígenas têm competência, capacidade e potencial de colaborar não somente como espectadores, mas também como colaboradores, como parte de espaços que tomam decisões sobre a vida dos povos indígenas.

Cristiano Guedes: Poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória parlamentar durante a pandemia, quando as políticas sociais precisavam ser continuamente protegidas? Além disso, como a experiência como deputada federal indígena pode contribuir para a sua atuação na Presidência da Funai?

Joenia Wapichana: Toda essa vivência no Legislativo aumentou não só a minha experiência, como também minha capacidade, além de me propiciar um olhar holístico sobre a implementação da política indigenista e dos direitos dos povos indígenas, não somente como defesa, mas também como executora, agora. E, em muitas propostas de projetos de lei que fiz, pude apontar a necessidade de mudanças, de reconhecimento e de implementações na legislação, que mereceriam uma atenção por parte do Congresso Nacional e do Executivo. E, hoje, estando no Executivo, me permite que eu possa ter muitas informações, além de experiência, para sugerir proposições no sentido de que eu possa também fazer essa execução. Então, a experiência no Parlamento me empoderou não somente como indígena, mas também como profissional da defesa dos direitos dos povos indígenas, que hoje eu posso utilizar na gestão dentro da Funai. Somente complementando, a minha atuação lá no Parlamento foi também da mesma forma como está sendo aqui, desafiadora, por eu ser a primeira mulher parlamentar indígena da história do Brasil, depois de Mário Juruna, que teve seu primeiro mandato ainda na década de 1980. Fato que também representa uma responsabilidade muito grande assumida por mim, não somente com meu Estado de Roraima, que me elegeu, mas também com os povos indígenas de todas as regiões do Brasil, considerando que também se elegeu um presidente que se manifestou anti-indígena e que fez diversos atos no Executivo para reverter os direitos dos povos indígenas. Durante

a pandemia, foi quando se viveu o momento mais vulnerável dos povos indígenas, que dependiam de uma atuação firme do governo. Foi quando aumentou o número de mortes entre eles, assim como o número de invasões, o que deixou mais frágil a situação de defesa das terras e dos povos indígenas. Então, foi de extrema importância que eu estivesse ali, no Congresso Nacional, para propor um plano de enfrentamento da pandemia em relação aos povos indígenas e também quilombolas, porque vi que não eram somente os povos indígenas que sofriam, mas também outros povos que detêm direitos coletivos. Os quilombolas vieram me procurar para dizer: “olha, nós não temos um representante nosso aqui, mas você, como representante indígena, tem o potencial e tem, digamos assim, um mandato, que pode falar por nós, na defesa dos nossos direitos”. Assim, senti a responsabilidade do mandato, que tem toda a competência e legitimidade de falar dentro do Congresso Nacional na defesa desses interesses, mas também dos direitos fundamentais, como a saúde, como ponderar ações em combate à pandemia, para poder dizer que esses povos têm que ter prioridade em relação às vacinas, uma vez que são povos que estão mais distantes dos centros urbanos e estão em situação mais vulnerável. Enfim, fez toda a diferença minha atuação parlamentar nesse período, o que me permitiu acumular toda essa experiência durante a minha trajetória.

Lucélia Luiz Pereira: A demarcação e a proteção das terras indígenas constituem uma luta histórica, mas parece haver uma intensificação de atividades ilegais nelas, como a grilagem, o desmatamento, a retirada de minérios e madeira, dentre outras. Diante desse cenário, quais são os principais desafios e que ações são necessárias para enfrentar a situação?

Joenia Wapichana: Bom, o momento mais intensivo de atividades ilegais foi na época do governo anterior. Hoje, no governo Lula, ele declara publicamente que a prioridade dentro do governo é fazer com que as demarcações das terras indígenas sejam concluídas e que as autoridades considerem a necessidade da proteção. Então, estamos combatendo alguns ilícitos. Lógico que não vai ser de um dia para o outro que vamos resolver todas as situações de descasos, negligências e omissões durante esses anos todos, mas a Funai está se esforçando, com o quadro reduzido que tem. Estamos em uma situação de reconstrução do nosso País, mas também de reconstrução da própria Funai, porque – com esses anos todos de sucateamento – tem que lidar com obrigações

funcionais e cumprir obrigações. Temos um orçamento precário e poucos recursos humanos, mas há uma necessidade de fazer ações coletivas. Por isso, estamos empenhados em apontar essas necessidades. Assim, a solução vai vir com o trabalho coletivo. Uma força-tarefa do governo já estabeleceu comissões e comitês para que possa ser feita a desintrusão nas terras indígenas, que são prioritárias. Neste mês de junho mesmo, já entregamos uma terra indígena: Alto Rio Guamá, no Estado do Pará. O processo de desintrusão está concluído. É lógico que isso não acaba com a desintrusão, porque existe a questão da governança, assim como a gestão territorial. Mas, da mesma forma com que a gente viu e denunciou na última gestão, vamos também encaminhar providências para que haja a proteção das terras indígenas e o combate às atividades ilegais, tais como o garimpo e a entrada de madeireiros para a retirada de árvores, entre outras questões. Então, estamos diante de um cenário diferente, porque o governo declara que o garimpo ilegal tem que ser fechado, as ocorrências devem ser investigadas e os responsáveis têm que ser punidos, além do fato de que as terras indígenas devem ser demarcadas e protegidas. Então, se o governo está na posição de dar toda essa prioridade, é uma oportunidade para que os povos indígenas avancem no direito. É um desafio. Todas essas ações são necessárias, mas a gente vai ter que fazer isso conforme o planejamento de todos os órgãos responsáveis. A Funai não faz nada sozinha, porque tem que contar com a ajuda dos demais órgãos do governo.

Cristiano Guedes: Para finalizar, gostaríamos de agradecer por sua entrevista e convidá-la a deixar uma mensagem para a comunidade acadêmica brasileira sobre qual deve ser o papel, a missão ou a contribuição esperada hoje de universidades e comunidades científicas tanto no Brasil quanto ao redor do mundo para a proteção das vidas dos povos indígenas.

Joenia Wapichana: Existe sempre um desafio na implementação dos direitos indígenas, porque não são somente os povos indígenas e o governo responsáveis pelo sucesso no exercício pleno do direito. Existe toda uma responsabilidade compartilhada tanto pela sociedade brasileira quanto pela comunidade acadêmica, assim como por todos aqueles que buscam uma vida digna para os povos originários e também defendem os direitos fundamentais, conforme prevê nossa Constituição. Então, é por isso que eu vejo uma responsabilidade compartilhada e sucesso também para que os povos originários deste País possam ter seus direitos exercidos,

sua cidadania respeitada, assim como seus modos de vida, suas crenças, suas tradições e sua inclusão em direitos sociais necessários, como os específicos direitos de saúde e educação. Tudo isso para que eles possam também continuar doando, de maneira a colaborar tanto quanto já colaboraram com o planeta todo, mantendo suas florestas de pé, com a água protegida, e que muitas vezes estão sofrendo. Quando digo doando, quero dizer doando seu tempo, seus esforços e colocando suas vidas em risco para manter um planeta mais saudável. Então, está na hora de continuar essa contribuição toda que os povos indígenas milenarmente já fazem. Claro que é importante a contribuição das demais instâncias, como as universidades, mas também das comunidades científicas e da sociedade brasileira e do mundo todo em geral. É um direito que os povos indígenas têm, mas também é uma responsabilidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

A valorização dos povos indígenas implica a responsabilidade de proteger suas culturas, suas cosmologias e seus modos de vida, além de reconhecer a importância de seus conhecimentos acerca dos recursos naturais, dos processos ecológicos e de conservação da biodiversidade e das florestas. Para tal, a proteção de suas terras é uma ação estratégica, na medida em que garante o direito dos povos originários de viver nos seus territórios. Neste contexto, a Funai desempenha um papel fundamental para a implementação da política indigenista e dos processos de delimitar, demarcar e proteger as terras indígenas. Após mais de meio século de existência da Funai, o fato de contarmos hoje com uma mulher indígena na presidência dessa instituição governamental demonstra os avanços brasileiros no enfrentamento de preconceitos históricos e de injustiças sociais seculares vivenciadas pelos povos originários. Assim, foi uma honra a oportunidade de entrevistarmos a presidenta Joenia Wapichana. Por isso, em nome da Revista Ser Social, agradecemos por ela nos ter concedido a entrevista, mesmo com a agenda intensa de compromissos, na luta cotidiana em defesa dos direitos dos povos indígenas, como foi a recente retomada do debate no Legislativo e no Judiciário sobre a inconstitucional proposta de um “marco temporal”, que representa um risco aos territórios e, conseqüentemente, à preservação das vidas dos povos originários no Brasil.